

PAUTA DE REIVINDICAÇÕES SOCIOECONÔMICAS PARA O PERÍODO DE 1º DE MAIO DE 2016 A 30 DE ABRIL DE 2017

ITEM 01 – GARANTIA DE DATA BASE

Manutenção de 1º de maio como data base da categoria.

ITEM 02 - REAJUSTE SALARIAL

Reajuste dos salários vigentes em abril de 2016, mediante aplicação do “Índice do Custo de Vida”, calculado pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (ICV – DIEESE), referente ao período de 1º de maio de 2015 a 30 de abril de 2016.

ITEM 03 - COMPENSAÇÕES

São compensáveis todos e quaisquer reajustes, antecipações, abonos e/ou aumentos, espontâneos ou compulsórios, incluídos os decorrentes de aplicação de acordos coletivos, dissídios coletivos e da legislação, exceto os decorrentes de promoção, equiparação salarial, transferência, implemento de idade, mérito, término de aprendizagem e aumento real concedido expressamente com esta natureza.

ITEM 04 – JORNADA DE TRABALHO

Manutenção da jornada semanal de trabalho para 30 horas, 6 horas diárias, ou 150 horas mensais, para todos os funcionários dos Conselhos/Ordens, sem prejuízo da remuneração contratual vigente, observadas as jornadas regulamentadas e garantidas as condições mais favoráveis já praticadas.

ITEM 05 - AUMENTO REAL DE SALÁRIOS

Aumento real de 10% (dez por cento) sobre os salários já reajustados de acordo com os itens 02 e 03 deste instrumento.

ITEM 06 – PISO SALARIAL

06.1 - Piso salarial equivalente ao Salário Mínimo Necessário calculado pelo DIEESE em maio/2016.

06.2 - O piso salarial para os empregados dos Conselhos/Ordens, que exerçam profissões regulamentadas por Lei, respeitará a remuneração mínima desses profissionais, garantidas as condições mais favoráveis já praticadas.

ITEM 07 – SALÁRIO SUBSTITUIÇÃO

Em caso de substituição de funcionário, será garantido ao substituto, observando-se a proporcionalidade do tempo de substituição, o pagamento da diferença de salário e/ou gratificação de função em relação ao substituído.

ITEM 08 - PAGAMENTO DOS VENCIMENTOS

- a) O Conselho/Ordem efetuará o pagamento do saldo de salário até a primeira hora do último dia útil de cada mês, proporcionando aos funcionários tempo hábil para o recebimento no banco ou posto bancário, dentro da jornada de trabalho, quando esta coincidir com o horário bancário, excluindo-se os horários de descanso e refeição.
- b) Caso os vencimentos não estejam disponíveis na conta do funcionário no dia e horário acima citado, as alterações para a jornada de recebimento serão estendidas até o dia útil seguinte.
- c) O Conselho/Ordem observará prerrogativa legal do funcionário de optar pela instituição bancária em que será feito o crédito do seu salário.
- d) Ficam garantidas as condições mais favoráveis já praticadas.
- e) A inobservância do prazo estabelecido para pagamento dos salários acarretará multa diária de 5% (cinco por cento) do valor do salário em favor dos funcionários, conforme Precedente Normativo nº 19 do TRT/SP.

ITEM 09 - ADIANTAMENTO DE SALÁRIOS

- a) O Conselho/Ordem concederá adiantamento salarial, aos funcionários que optarem por este recebimento, até o dia 15 (quinze) de cada mês, em proporção nunca inferior a 40% (quarenta) do salário/remuneração mensal, proporcionando aos funcionários tempo hábil para o recebimento no banco ou posto bancário, dentro da jornada de trabalho, quando esta coincidir com o horário bancário, excluindo-se os horários de descanso e refeição.
- b) Caso o adiantamento salarial não esteja disponível na conta do funcionário no dia e horário acima citado, as alterações para a jornada de recebimento serão estendidas até o dia útil seguinte.
- c) O Conselho/Ordem observará prerrogativa legal do funcionário de optar pela instituição bancária em que será feito o crédito do seu salário.
- d) Ficam garantidas as condições mais favoráveis já praticadas.
- e) A inobservância do prazo estabelecido para pagamento do adiantamento salarial acarretará multa diária de 5% (cinco por cento) do valor do salário em favor dos funcionários, conforme Precedente Normativo nº 19 do TRT/SP.

ITEM 10 – FLEXIBILIDADE DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

- a) O Conselho/Ordem adotará jornada de trabalho diária dentro do período flexível das 7:00h às 20:00h, permitindo assim que o funcionário adapte seu horário de saída ao horário da entrada no início ou no intervalo para almoço de modo a sempre cumprir a jornada diária.

- b) Nos casos em que a jornada não for completada, poderá a direção do Conselho/Ordem, a seu critério, abonar o período faltante ou descontar apenas as horas ou minutos correspondentes e DSR (Descanso Semanal Remunerado), respectivo, proporcional às horas faltadas.
- c) Serão mantidas as condições mais favoráveis já praticadas.

ITEM 11 – TOLERÂNCIA SOBRE ATRASOS

- a) Será concedida ao funcionário tolerância diária de 30 (trinta) minutos para cobertura de eventuais atrasos, além daquela já assegurada na legislação vigente.
- b) Nos casos em que a jornada não for completada, poderá a direção do Conselho/Ordem, a seu critério, abonar o período faltante ou descontar apenas as horas ou minutos correspondentes e DSR (Descanso Semanal Remunerado), respectivo, proporcional às horas faltadas.
- c) Serão mantidas as condições mais favoráveis já praticadas.

ITEM 12 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM HORÁRIO EXTRAORDINÁRIO

- a) As horas trabalhadas extraordinariamente sob qualquer condição, inclusive as não presenciais, nos termos da Lei 12551/2011, serão remuneradas com adicional de 100% (cem por cento), devendo, ainda, a média destas horas serem consideradas para cálculos, abono de férias, décimo-terceiro salário e adicionais.
- b) As horas trabalhadas aos sábados, domingos e feriados, inclusive à distância, serão remuneradas em dobro, independentemente da remuneração desses dias já devida ao funcionário por força da alínea “a”.
- c) O Conselho/Ordem fornecerá ao SINSEXPRO relatório mensal em que constem localização, volume e frequência das horas trabalhadas extraordinariamente.

ITEM 13 - TRABALHO NOTURNO

O trabalho noturno será remunerado com acréscimo de 100% (cem por cento), entendendo-se como tal, o trabalho das 22:00h às 06:00h.

ITEM 14 – GRATIFICAÇÃO

O Conselho/Ordem efetuará a seus funcionários o pagamento de um abono anual, a título de gratificação, garantidas as condições mais favoráveis já praticadas.

ITEM 15 – ANUÊNIO

O Conselho/Ordem concederá aos seus funcionários, adicional de salário à razão de 1% (um por cento) da remuneração, para cada ano de serviço prestado, a fim de diferenciar o tempo de serviço, garantidas as condições mais favoráveis já praticadas.

ITEM 16 - SERVIÇOS EXTERNOS

Para os serviços externos e não presenciais (Lei 12551/2011), habituais ou não, será o Conselho/Ordem responsável pelo pagamento desses serviços desde o início do deslocamento do funcionário da sede ou subedes do Conselho/Ordem, até o seu efetivo regresso e pela totalidade, incluindo-se como tal, além da alimentação, transporte e despesas de hospedagem.

§1º - Quando o Conselho/Ordem exigir que o funcionário use o próprio carro para prestação de serviços, será garantido o seguro do veículo bem como os custos de eventuais danos e manutenção decorrentes do serviço prestado.

§2º - O Conselho/Ordem fará juntada ao presente Acordo Coletivo de Trabalho de qualquer instrumento administrativo interno que regulamente esses serviços com as devidas compensações.

ITEM 17 - FÉRIAS

a) No ato da marcação de suas férias, em qualquer período, será garantido ao funcionário o direito de optar pela conversão de 1/3 (um terço) das mesmas em abono pecuniário, bem como obter o adiantamento de 50% (cinquenta por cento) do décimo-terceiro salário.

b) Quando as férias forem gozadas em janeiro, o adiantamento desta parcela será pago em fevereiro.

c) O início do período das férias a serem gozadas pelo funcionário não poderá coincidir com sábados, domingos e feriados ou dias já compensados.

d) Observadas as limitações legais, o funcionário poderá parcelar as férias em 2 (dois) períodos, desde que negociado antecipadamente.

ITEM 18 – PRÊMIO POR ASSIDUIDADE

a) O Conselho/Ordem concederá ao funcionário um prêmio, equivalente a 5 (cinco) dias úteis de descanso, que poderão ser usufruídos ao longo do ano corrente, se durante o período aquisitivo, o mesmo não tiver registro de ocorrência de atrasos ou faltas ao trabalho, exceto as abonadas.

b) O Conselho/Ordem concederá licença prêmio de 3 (três) meses aos funcionários que detenham pelo menos 5 (cinco) anos de serviços prestados sem ocorrência de faltas injustificadas.

c) O Conselho/Ordem abonará a ausência do funcionário por ocasião do seu aniversário. Caso o dia do aniversário coincida com final de semana e/ou feriado, será concedido o descanso no próximo dia útil subsequente.

d) Ficam garantidas as condições mais favoráveis já praticadas.

ITEM 19 – PROLONGAMENTO DE FERIADOS

O Conselho/Ordem divulgará até o mês de janeiro de cada ano, calendário relativo aos dias intercorrentes aos feriados, remetendo cópia ao SINSEXPRO. Para a liberação dos funcionários nos dias intercorrentes aos feriados, o Conselho/Ordem não aplicará qualquer extensão da jornada de trabalho a título de compensação.

Parágrafo único - O Conselho/Ordem reconhece o Ponto Facultativo de 28 de outubro em que se comemora o Dia do Servidor Público como feriado. O dia a ser descansado será definido no planejamento anual dos feriados prolongados.

ITEM 20 – VALE-TRANSPORTE

O Conselho/Ordem concederá vale-transporte aos funcionários, pelo menor ônus possível de ser praticado e em nenhuma hipótese será exigida a devolução dos vales-transportes concedidos, no todo ou em parte, devendo ainda fornecer para prestação de serviços em horário extraordinário aos sábados, domingos, feriados e dias já compensados, garantidas as condições mais favoráveis já praticadas.

Parágrafo único – No caso de alteração de moradia dos funcionários para cidades fora da Grande São Paulo, o Conselho/Ordem manterá o benefício de pagamento do montante do valor já pago como vale-transporte.

ITEM 21 – AUXÍLIO TRANSPORTE

Poderá o funcionário optar por utilizar ônibus fretado no deslocamento ao trabalho, condição em que o empregador substituirá o pagamento do vale-transporte pela concessão de Auxílio para pagamento deste meio alternativo de transporte.

ITEM 22 – TRANSPORTE PARA PORTADOR DE NECESSIDADES ESPECIAIS

O Conselho/Ordem reembolsará as despesas de transporte de funcionário portador de necessidades especiais, mediante comprovação.

ITEM 23 - UNIFORMES

Quando exigido para prestação de serviços ou pela própria natureza do trabalho, o Conselho/Ordem fornecerá uniforme, gratuitamente, aos seus funcionários, em quantidade e frequência que assegurem a manutenção da sua qualidade, sendo que qualquer gasto com ajustes ou reparos destes uniformes será custeado pelo respectivo Conselho/Ordem.

ITEM 24 – REFEIÇÃO

a) O Conselho/Ordem fornecerá a todos os funcionários vale-refeição equivalente a 30 dias, em todos os meses do ano, no valor de R\$ 38,00 ao dia, valor a ser reajustado de acordo com os itens 02 e 05 deste instrumento. Este benefício poderá ser pago em pecúnia, sem empresa interposta, com natureza indenizatória, na forma do Art. 22 da Lei Federal nº 8.460/92, e do entendimento do Tribunal de Contas da União (Acórdão 284/2003 – Pleno), sem ônus correspondente, garantidas as condições mais favoráveis já praticadas.

- b) Os vales-refeição serão fornecidos também, em seu valor integral, aos funcionários que prestarem serviços em horário extraordinário, por ocasião de sua realização, desde que a sobrejornada seja de 02 horas diárias.
- c) No trabalho prestado aos sábados, domingos e feriados, o Conselho/Ordem concederá vale-refeição aos funcionários.
- d) Em caso de afastamento por motivo de saúde, acidente de trabalho e férias, o Conselho/Ordem manterá a concessão dos vales-refeição ininterruptamente.
- e) Em nenhuma hipótese, será exigida a devolução dos vales-refeição concedidos, no todo ou em parte.
- f) Por opção do funcionário, o montante do valor do vale-refeição poderá ser somado ao montante do valor do vale-alimentação.
- g) Ficam garantidas as condições mais favoráveis já praticadas.

ITEM 25 – ALIMENTAÇÃO

O Conselho/Ordem fornecerá mensalmente, sem ônus, a todos os funcionários, cesta básica de alimentos “in natura”, vale-alimentação ou em pecúnia, no valor correspondente a R\$ 430,00, valor a ser reajustado de acordo com os itens 02 e 05 deste instrumento, inclusive em caso de afastamento por motivo de férias, saúde e/ou licenças, garantidas as condições mais favoráveis já praticadas.

ITEM 26 – JORNADA DE ESTUDANTE

- a) O Conselho/Ordem reduzirá a jornada semanal de trabalho do funcionário estudante com jornada semanal de 40 horas, em 05 horas semanais, sem redução de salário e/ou benefícios, garantidas as condições mais favoráveis já praticadas.
- b) No caso de jornadas de trabalho inferiores a 40 horas, deverá ser assegurada a redução mencionada na alínea “a” de acordo com o término da jornada de trabalho.
- c) O Conselho/Ordem abonará a falta do funcionário estudante para prestação de exames escolares (provas de recuperação finais) e vestibulares, condicionando à prévia comunicação ao Conselho/Ordem e comprovação posterior, garantidas as condições mais favoráveis já praticadas.

ITEM 27 – AUXÍLIO NATALIDADE

O Conselho/Ordem fornecerá sem ônus a todos os seus funcionários, auxílio natalidade com valor equivalente a 1 (um) piso salarial praticado na autarquia, por motivo de nascimento de filho (a), inclusive no caso de natimorto.

Parágrafo único - na hipótese de parto múltiplo, o valor será acrescido de 50% (cinquenta por cento), por cada nascituro.

ITEM 28 – AUXÍLIO EDUCAÇÃO

- a) Aos funcionários que estejam cursando ou desejem ingressar em cursos superiores, cursos sequenciais, extensão universitária ou pós-graduação, inclusive os ministrados à distância, o Conselho/Ordem concederá auxílio educação, equivalente a 100% (cem por cento) da mensalidade escolar, garantidas as condições mais favoráveis já praticadas.
- b) O Conselho/Ordem concederá 100% de reembolso das despesas efetuadas com matrícula, sem prejuízo da alínea anterior.
- c) O Conselho/Ordem concederá 100% de reembolso das despesas efetuadas com material escolar/uniformes, sem prejuízo das alíneas anteriores.

ITEM 29 – AUXÍLIO EDUCAÇÃO PARA DEPENDENTES

- a) O Conselho/Ordem concederá auxílio educação, equivalente a 100% (cem por cento) do piso salarial, por mês e por filho, enteado ou pessoa sob sua guarda ou tutela, garantidas as condições mais favoráveis já praticadas.
- b) O Conselho/Ordem concederá 100% (cem por cento) do piso salarial, destinado ao reembolso de despesas efetuadas com matrícula, sem prejuízo da alínea anterior.
- c) O Conselho/Ordem concederá 100% (cem por cento) do piso salarial, destinado ao reembolso de despesas efetuadas com material escolar, sem prejuízo das alíneas anteriores.
- d) O Conselho/Ordem concederá 100% (cem por cento) do piso salarial, destinado ao reembolso de despesas efetuadas com uniformes, sem prejuízo das alíneas anteriores.

ITEM 30 – AUXÍLIO EDUCAÇÃO INFANTIL

- a) O Conselho/Ordem que não possuir creche própria, pagará aos seus funcionários um auxílio para educação infantil, equivalente a 100% (cem por cento) do piso salarial, por mês e por filho, enteado ou menor sob sua guarda ou tutela, até seu ingresso no ensino fundamental.
- b) O Conselho/Ordem concederá 100% (cem por cento) do piso salarial, destinado ao reembolso de despesas efetuadas com matrícula, sem prejuízo das alíneas anteriores.
- c) O Conselho/Ordem concederá 100% (cem por cento) do piso salarial, destinado ao reembolso de despesas efetuadas com material escolar, sem prejuízo das alíneas anteriores.
- d) O Conselho/Ordem concederá 100% (cem por cento) do piso salarial, destinado ao reembolso de despesas efetuadas com uniformes, sem prejuízo das alíneas anteriores.

ITEM 31 – ACOMPANHAMENTO ESCOLAR

O Conselho/Ordem abonará o dia de trabalho de mães, pais ou responsáveis legais que se ausentarem para participação em reunião para acompanhamento escolar, nos termos dos artigos 1º ao 6º, combinados com o Parágrafo Único do art. 53 da Lei 8069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), garantidas as condições mais favoráveis já praticadas, cabendo a responsabilização prevista no art. 73 do referido Estatuto.

ITEM 32 – APRIMORAMENTO PROFISSIONAL

O Conselho/Ordem implementará uma política permanente de desenvolvimento de pessoal, visando a melhoria da eficiência, eficácia e qualidade dos serviços prestados, tendo como referência a Política e as Diretrizes para o Desenvolvimento de Pessoal da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, instituída através do Decreto nº 5.707, de 23 de fevereiro de 2006.

ITEM 33 - AUXÍLIO A FILHOS OU ENTEADOS COM DEFICIÊNCIA E/OU DOENÇAS GRAVES

- a) O Conselho/Ordem concederá aos funcionários que tenham filhos ou enteados até 18 anos, com deficiência e ou doenças graves, um auxílio mensal, por filho/enteado, equivalente a um piso salarial.
- b) Para os filhos e/ou enteados maiores de 18 anos com comprovada incapacidade mental ou física para o trabalho, o Conselho/Ordem também concederá um auxílio mensal, por filho/enteado, equivalente a um piso salarial.

ITEM 34 - LICENÇA PATERNIDADE

O funcionário terá direito a gozar de licença paternidade equivalente a 20 (vinte) dias úteis, inclusive no caso de adoção de crianças, garantidas as condições mais favoráveis já praticadas.

ITEM 35 - AUXÍLIO FUNERAL

Em caso de falecimento do funcionário, cônjuge, companheiro (a), pais, madrasta, padrasto, avós, irmãos, filhos, enteados e pessoas sob sua guarda ou tutela, o Conselho/Ordem concederá auxílio funeral, no valor de, pelo menos, 10 (dez) salários mínimos, no ato da comprovação dos gastos.

ITEM 36 – LICENÇA FUNERAL

Sem prejuízo da remuneração, poderá o funcionário ausentar-se do serviço por 5 (cinco) dias úteis, imediatos e consecutivos, em razão do falecimento do cônjuge, união estável, companheiro (a), pais, madrasta, padrasto, avós, netos, sogro (a), irmãos, filhos, enteados, e pessoas sob sua guarda ou tutela.

Parágrafo único - será assegurado o abono do dia de velório e do sepultamento de demais parentes do funcionário.

ITEM 37 – LICENÇA GALA

O Conselho/Ordem concederá licença gala de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data do casamento/união estável.

ITEM 38 - EMPRÉSTIMO CONSIGNADO

- a) Para atender necessidade do seu funcionário, o Conselho/Ordem firmará convênio com instituição financeira, a fim de obter concessão de linha de crédito pessoal aos funcionários, vinculada a débito em folha de pagamento e em condições privilegiadas.
- b) Alternativamente ao estabelecido na alínea anterior, o Conselho/Ordem reconhecerá convênio firmado pelo SINSEXPRO com instituições financeiras, a fim de obter concessão de linha de crédito pessoal aos funcionários, assegurando o débito em folha de pagamento.

ITEM 39 - SAÚDE E SEGURIDADE NO TRABALHO

39.1 - INTERVALO PARA PREVENÇÃO DE FADIGA

O Conselho/Ordem concederá aos seus funcionários, pela manhã e à tarde, intervalo de 15 (quinze) minutos, sem compensação, devendo ainda nesse período, fornecer gratuitamente, em local adequado, café, chá e lanche.

39.2 - VIDA SAUDÁVEL

- a) O Conselho/Ordem implementará ações de promoção à saúde, como por exemplo, ginástica laboral, entre outras medidas, no próprio local de trabalho nos dias de expediente, ou adotará medidas correlatas para garantir a todos os funcionários a plena disponibilidade do benefício, tendo em vista um ambiente de trabalho saudável, a melhoria na qualidade de vida e na saúde do trabalhador, tendo como princípio norteador o conceito de saúde pela Organização Mundial de Saúde, como um estado de completo bem-estar físico, mental e social, e que não consiste apenas na ausência de doença ou de enfermidade.
- b) O Conselho/Ordem fornecerá protetor solar aos funcionários, no exercício de atividades externas, estimulando o uso permanente do mesmo, como medida de prevenção a doenças de pele.

39.3 - EXAME MÉDICO

O Conselho/Ordem enviará ao SINSEXPRO, anualmente, comprovação da realização de exame médico, sem custos para os funcionários, para aferição do estado de saúde.

39.4 - INSALUBRIDADE/PERICULOSIDADE

- a) Nos casos atestados de insalubridade, o Conselho/Ordem pagará ao funcionário afetado, mensalmente, adicional com base no salário mínimo regional vigente e em percentual fixado nos termos do Artigo 192 da CLT.
- b) Nos casos atestados de periculosidade, será o salário do funcionário acrescido de 30% (trinta por cento), sem os acréscimos resultantes de gratificações ou prêmios, nos termos da legislação vigente e garantidas as melhores condições eventualmente já praticadas.

39.5 - ASSISTÊNCIA À SAÚDE E SEGURIDADE SOCIAL

- a) O Conselho/Ordem fornecerá assistência médica, hospitalar e odontológica, definida como “plano referência de assistência à saúde” no artigo 10 da Lei 9656/98 a seus funcionários, cônjuge, companheiro (a), filhos estudantes de nível superior que tenham mais de 21 anos e não sejam economicamente ativos, dependentes diretos e/ou equiparados, sem ônus.
- b) No caso de falecimento do funcionário titular deste benefício, o mesmo será estendido a seus dependentes legais.
- c) Quando ocorrer alteração do contrato de prestação de convênio médico, o Conselho/Ordem manterá o padrão pré-existente do benefício.
- d) As despesas com medicamentos, óculos (armação e lentes), lentes de contato, lentes corretivas, produtos ortopédicos e correlatos do funcionário, dependentes diretos, cônjuge, companheiro (a) e genitores serão custeadas em sua totalidade pelo Conselho/Ordem.
- e) O Conselho/Ordem garantirá a seus funcionários afastados por motivo de saúde (doenças ou acidentes) a complementação do auxílio previdenciário para que perceba a mesma remuneração que receberia em atividade, enquanto permanecer nesta condição.
- f) O Conselho/Ordem providenciará aos seus funcionários seguro de vida e de acidentes pessoais, por opção de cada funcionário, devendo seu custo ser descontado integralmente dos trabalhadores optantes.
- g) O Conselho/Ordem garantirá que o plano de assistência médica contratado cubra os casos de acidente do trabalho e doenças relacionadas ao trabalho, até o término do tratamento.

39.6 - ASSISTÊNCIA MÉDICA, HOSPITALAR E ODONTOLÓGICA PARA RECÉM DEMITIDOS E APOSENTADOS.

- a) O Conselho/Ordem continuará assegurando as condições de beneficiário de assistência médica, hospitalar e odontológica após a rescisão do contrato de trabalho do funcionário, por pelo menos 6 (seis) meses;
- b) Ao final do prazo previsto no item anterior, ficará assegurado o direito de manutenção da condição de beneficiário para ex-funcionários demitidos ou exonerados sem justa causa e aposentados, nos termos dos artigos 30 e 31 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, regulamentados pela Resolução Normativa nº 279, de 24 de novembro de 2011 da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.
- c) O Conselho/Ordem deverá alertar o funcionário para o momento de opção da manutenção da condição citada na alínea anterior, conforme exigência daquela Lei.
- d) O Conselho/Ordem manterá as concessões mais favoráveis vigentes, agregando a essas o estabelecido na Lei 9.656 e suas regulamentações.

e) Ao funcionário ativo, cujo plano é custeado integralmente pelo Conselho/Ordem, será garantido o direito de optar pela permanência no mesmo plano, sem ônus, ou ainda, por contribuir com valor simbólico através de desconto em folha, com vistas ao assegurado na legislação, conforme alínea “b”.

39.7 – ATESTADOS/DECLARAÇÃO DE PROFISSIONAIS DE SAÚDE

- a) Serão aceitos em qualquer hipótese para efeito de abono, os atestados de profissionais de saúde fornecidos por órgão público de saúde, convênios ou de particulares, inclusive os que comprovem acompanhamento de familiar.
- b) Serão aceitos para abono da ausência dos funcionários, os atestados emitidos por profissionais de saúde em nome do cônjuge, companheiro (a), ascendentes, descendentes, enteados e pessoas sob sua guarda ou tutela, todos com idade até 18 (dezoito) anos.
- c) O Conselho/Ordem concederá até 15 (quinze) dias de afastamento ao funcionário, prorrogáveis pelo mesmo período quantas vezes forem necessárias, sem prejuízo da remuneração, nos casos de necessidade de cuidados especiais, e/ou internação de cônjuge e filhos, enteados e pessoas sob sua guarda ou tutela, com idade até 18 anos, conforme preceituado nos artigos 1º ao 6º, combinado com o art. 12 da Lei 8069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), garantidas as condições mais favoráveis já praticadas, cabendo a responsabilização prevista no art. 73 do referido Estatuto.
- d) O Conselho/Ordem concederá até 15 (quinze) dias de afastamento ao funcionário, prorrogáveis pelo mesmo período quantas vezes forem necessárias, sem prejuízo da remuneração, nos casos de necessidade de cuidados especiais, e/ou internação de parentes ascendentes, em observância aos Artigos 1º ao 7º, combinados com o Art. 16, da Lei nº 10.741, de 1º/10/2003 – Estatuto do Idoso.
- e) O Conselho/Ordem adotará a Licença Maternidade de 180 dias, nos termos da Lei nº 11.770 de 09 de setembro de 2008.
- f) No caso de gestantes, os atestados e comprovantes de exames pré-natais abonarão o dia completo, desde que expedidos pelas entidades previstas na alínea “a”.
- g) Será assegurada à funcionária lactante a redução da jornada de trabalho em 2 (duas) horas, conforme previsto no Art. 396 da CLT, pelo período de 1 (um) ano, contado a partir do término da licença maternidade. Por opção da funcionária, estas horas diárias poderão ser somadas e convertidas por licença equivalente, em dias corridos.
- h) Serão mantidas as condições mais favoráveis eventualmente praticadas no tocante a qualquer das alíneas do presente Item.

39.8 - ENFERMARIA

- a) O Conselho/Ordem que contar com pelo menos 50 (cinquenta) funcionários em seu quadro de pessoal, deverá manter enfermaria instalada em suas dependências, para atendimento de emergências.
- b) O Conselho/Ordem não enquadrado na alínea anterior deverá manter à disposição dos funcionários equipamentos e suprimentos para primeiros-socorros, assegurando, inclusive, o treinamento de funcionários para prestação de serviços de emergência.

39.9 - COMUNICAÇÃO DE ACIDENTE DE TRABALHO

O Conselho/Ordem deverá notificar ao SINSEXPRO todos os casos de afastamento por motivo de saúde. Nos casos de acidente de trabalho, deverá o Conselho/Ordem enviar ao SINSEXPRO a cópia da Comunicação de Acidente de Trabalho após sua emissão.

39.10 – CIPA – COMISSÃO INTERNA DE PREVENÇÃO DE ACIDENTES

- a) As eleições para a CIPA obedecerão ao disposto na Portaria 08/99 – SSST/MT – SECRETARIA DE SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO/MINISTÉRIO DO TRABALHO, sendo todo processo eleitoral e a respectiva apuração coordenadas pelo Conselho/Ordem e SINSEXPRO em conjunto.
- b) O treinamento previsto na Portaria citada no item anterior será ministrado por alguém indicado pelo SINSEXPRO e será obrigatório para os membros da CIPA, mesmo aos reeleitos, devendo ser concluído no máximo até a data da posse dos mesmos. O SINSEXPRO informará ao Conselho/Ordem por quem será ministrado esse curso e a data provável do seu início.
- c) O Conselho/Ordem encaminhará ao SINSEXPRO, cópia da ata das reuniões da CIPA, até o 20º (vigésimo) dia após a realização da reunião.
- d) O Conselho/Ordem convidará o SINSEXPRO, com 60 (sessenta) dias de antecedência, para elaborar em conjunto com a autarquia o programa de realização da SIPAT – Semana de Prevenção de Acidentes e definir sua data.

39.11 – COMBATE AO ASSÉDIO MORAL

O Conselho/Ordem implementará política de enfrentamento permanente ao Assédio Moral no ambiente de trabalho, além de garantir que serão acolhidas e devidamente apuradas quaisquer denúncias encaminhadas pelo SINSEXPRO sobre o assunto.

ITEM 40 – COMISSÃO DE SAÚDE

O Conselho/Ordem e o SINSEXPRO implantarão, conjuntamente, Comissão de Saúde formada por membros do Conselho, SINSEXPRO e funcionários, para evitar condições de trabalho insalubres, acidentes de trabalho e manter cuidados permanentes para a boa saúde do funcionário no local de trabalho, estendendo-se aos funcionários membros, a mesma estabilidade prevista na legislação para os membros da CIPA.



**SINDICATO DOS TRABALHADORES DAS AUTARQUIAS DE FISCALIZAÇÃO
DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL E ENTIDADES COLIGADAS
NO ESTADO DE SÃO PAULO – SINSEXPRO**

- Fundado em 12/01/89 -
Rua Florêncio de Abreu, 157 – 1º andar conj. 105 – Cep 01029-901 - São Paulo – SP
Telefones: (11) 3228-1867 – Telefax: (11) 3228-8345
e-mail: sinsexpro@sinsexpro.org.br - site: www.sinsexpro.org.br



ITEM 41 - INCENTIVO À CULTURA

O Conselho/Ordem fornecerá vale-cultura mensalmente a todos os funcionários, em atendimento ao Programa de Cultura do Trabalhador (Lei 12.761/2012).

ITEM 42 – ESTABILIDADE PRÉ-APOSENTADORIA

Fica assegurada estabilidade aos funcionários que estejam há 3 (três) anos da aposentadoria.

ITEM 43 – ABONO POR APOSENTADORIA

Os funcionários aposentados ou em fase de aposentadoria e admitidos há pelo menos 5 (cinco) anos, farão jus a um abono antecipado de 40% (quarenta por cento) sobre o saldo demonstrado na conta do FGTS. Este abono será compensado por ocasião da rescisão do contrato de trabalho.

ITEM 44 - ESTABILIDADE NO PROCESSO ELEITORAL

É vedada a dispensa de funcionários no período compreendido entre os 6 (seis) meses que antecedem as eleições de qualquer dos cargos diretivos do Conselho/Ordem até os 6 (seis) meses sucessivos à posse nestes mesmos cargos, garantidas as condições mais favoráveis já praticadas.

ITEM 45 - GARANTIA CONTRA DISPENSA IMOTIVADA

Fica assegurado que a dispensa de funcionários observará os termos da Convenção 158 da OIT (Organização Internacional do Trabalho), sendo necessária a realização de sindicância e processo administrativo disciplinar, nos termos da Lei nº 9.784/99 para fins de apuração e comprovação da justificativa.

Parágrafo único - Esta cláusula não se aplica a funcionários contratados para cargos de confiança de livre provimento.

ITEM 46 - COMUNICAÇÃO DE SINDICÂNCIA E PROCESSO ADMINISTRATIVO

Nos casos de abertura de sindicância e instauração de processo administrativo, o Conselho/Ordem notificará ao SINSEXPRO a abertura dos mesmos e assegurará o acompanhamento do assunto até a sua conclusão, desde que haja a autorização expressa do funcionário.

ITEM 47 – COMBATE À TERCEIRIZAÇÃO

Fica vedada a contratação de serviços terceirizados para funções já praticadas, com vistas à manutenção dos postos de trabalho existentes.

Parágrafo único - O Conselho/Ordem empreenderá esforços para efetivar a inclusão de funções terceirizadas no quadro de pessoal permanente do Conselho.

ITEM 48 – PUBLICIDADE DE CONTAS E LICITAÇÕES

O Conselho/Ordem dará amplo conhecimento, por todos os meios de publicidade acessíveis, a seus funcionários, dos balanços, previsões orçamentárias, editais de licitação e relação mensal de compras.

ITEM 49 – PLANO DE CARGOS, CARREIRAS E SALÁRIOS

O Conselho/Ordem garantirá a participação do SINSEXPRO na implantação, aplicação ou revisão do Plano de Cargos, Carreiras e Salários, que deverá ser homologado no Ministério Público do Trabalho.

ITEM 50 - REPRESENTAÇÃO SINDICAL NO LOCAL DE TRABALHO

50.1 – Os funcionários sindicalizados elegerão entre si, no âmbito do local de trabalho, seus representantes igualmente sindicalizados e o SINSEXPRO os credenciará para tratarem as questões relativas ao trabalho em geral e seus desdobramentos, em relação ao cumprimento da lei, convenções, acordos, dissídios coletivos e quaisquer outras questões derivadas das relações de trabalho, sem represálias de qualquer natureza.

50.2 – O representante sindical está submetido aos preceitos do Estatuto do SINSEXPRO.

50.3 – O mandato do representante expirar-se-á junto com a gestão da Diretoria do SINSEXPRO em vigor.

ITEM 51 - ENTRADA DE DIRETORES SINDICAIS NO RECINTO DE TRABALHO

Sempre que se fizer necessário, os representantes do SINSEXPRO e/ou da FENASERA - Federação Nacional dos Trabalhadores nas Autarquias de Fiscalização do Exercício Profissional, terão livre acesso aos recintos de trabalho, para distribuição de boletins, convocatórias e para efetuar sindicalizações.

ITEM 52 – HORA SINDICAL

Será assegurado aos representantes do SINSEXPRO e/ou FENASERA – Federação Nacional dos Trabalhadores nas Autarquias de Fiscalização do Exercício Profissional, a concessão de 1 (uma) hora por mês, durante o expediente, para encontro com os funcionários, com vistas a palestras e debates de assuntos que são de interesse da categoria e ação do SINSEXPRO.

ITEM 53 – ASSEMBLEIAS LOCAIS

O Conselho/Ordem disponibilizará, mediante solicitação prévia do SINSEXPRO, local adequado em suas dependências, para realização de assembleia local, com o intuito de debater e deliberar sobre assuntos específicos dos trabalhadores.

ITEM 54 - LICENÇA AO ASSOCIADO DO SINDICATO

Fica garantida ao funcionário sindicalizado, licença remunerada para sua participação, mediante convocação, de cursos, seminários, congressos etc., promovidos pelo SINSEXPRO e/ou pela FENASERA - Federação Nacional dos Trabalhadores nas Autarquias de Fiscalização do Exercício Profissional.

ITEM 55 - LICENÇA AO DIRIGENTE SINDICAL

Ao funcionário eleito dirigente sindical, que necessitar afastar-se de suas funções no trabalho para prestação de serviços ao SINSEXPRO – Sindicato dos Trabalhadores das Autarquias de Fiscalização do Exercício Profissional e Entidades Coligadas no Estado de São Paulo, e/ou FENASERA – Federação Nacional dos Trabalhadores nas Autarquias de Fiscalização do Exercício Profissional, será garantido pelo Conselho/Ordem sua remuneração e todos os demais benefícios.

ITEM 56 — MENSALIDADE SINDICAL

As mensalidades associativas sindicais, devidas pelos funcionários ao SINSEXPRO, deverão ser descontadas pelo Conselho/Ordem em folha de pagamento e repassadas ao SINSEXPRO na forma que este indicar, até o 5º dia após a efetivação do desconto. O repasse deverá ser acompanhado do fornecimento de relação nominal de todos os funcionários e dos valores individualmente descontados, observado o artigo 545 da C.L.T. – Consolidação das Leis do Trabalho.

Parágrafo único – É vedado ao Conselho/Ordem interromper o desconto referido neste Item sem a expressa comunicação do SINSEXPRO, acompanhada da autorização do funcionário sindicalizado, em conformidade com o procedimento adotado por ocasião da filiação.

ITEM 57 - UTILIZAÇÃO DE QUADRO DE AVISOS

- a) O Conselho/Ordem colocará à disposição do SINSEXPRO, em todas as unidades de trabalho, quadro de avisos, ou porta-panfletos para, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, afixar, em suas formas originais, comunicados, boletins, informações e convocações.
- b) O Conselho/Ordem garantirá que os periódicos enviados pelo SINSEXPRO por via eletrônica serão recepcionados e distribuídos, de imediato e em suas formas originais, aos endereços de e-mail informados pelos funcionários.

ITEM 58 – CONTRIBUIÇÃO NEGOCIAL

- a) O Conselho/Ordem praticará desconto negocial quando do primeiro pagamento dos salários já reajustados, em favor do SINSEXPRO.
- b) O desconto compreenderá o índice equivalente ao total de aumento salarial concedido nos itens 02 e 05 do presente instrumento, sendo limitado a 5% ou ao valor de R\$ 200,00, o que for menor, e poderá ser descontado em número de parcelas definido pelos trabalhadores em assembleia local.
- c) O trabalhador terá 10 dias consecutivos, após comunicado oficial do SINSEXPRO ao Conselho/Ordem, para manifestar eventual oposição ao desconto, das seguintes formas:
 - c.1) Os trabalhadores lotados na capital deverão comparecer à sede do SINSEXPRO para preencher formulário de oposição nos seguintes dias: segunda, terça, quarta e sexta-feira, das 9h00 às 18h00, e às quintas-feiras, das 10h00 às 19h00.

- c.2) Os trabalhadores lotados na Grande São Paulo, Interior e Litoral, poderão retirar o formulário de oposição através do site do Sinsexpro na Internet ou solicitar seu envio por e-mail ou fax. Depois de preenchido o formulário, o trabalhador deverá reconhecer firma da assinatura e encaminhar pelo correio à sede do SINSEXPRO como carta registrada. Só serão aceitas as oposições que forem postadas até o último dia do prazo.
- d) O Conselho/Ordem e o SINSEXPRO comunicarão em conjunto aos trabalhadores a data de protocolo do Acordo Coletivo de Trabalho na Sede do Sindicato.
- e) O SINSEXPRO se compromete a enviar para o Conselho/Ordem a relação dos trabalhadores que manifestaram regularmente a oposição ao desconto da contribuição negocial.

ITEM 59 – CADASTRO GERAL DE FUNCIONÁRIOS

Em observância à Lei de Acesso à Informação, o Conselho/Ordem fornecerá mensalmente ao SINSEXPRO, relação nominal de todos os funcionários, na qual conste também cargo, local de trabalho, salário percebido no mês da emissão da relação, data e forma de admissão no quadro de pessoal.

Parágrafo único – O Conselho/Ordem comunicará ao SINSEXPRO o ingresso de novo (s) funcionário (s) tão logo ocorra.

ITEM 60 – MESA DE NEGOCIAÇÃO PERMANENTE

O Conselho/Ordem e o SINSEXPRO manterão mesa permanente de negociação sobre assuntos que digam respeito às relações de trabalho vigentes. Os membros destacados para as reuniões fixarão agenda que assegure a realização de pelo menos uma reunião por mês. As decisões provenientes da Mesa de Negociação Permanente poderão alterar o disposto no presente Acordo Coletivo de Trabalho, através de respectivo aditivo.

ITEM 61 – MEIOS ALTERNATIVOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS

Tendo em vista que o SINSEXPRO não instituiu Comissão de Conciliação Prévia, é vetado ao Conselho/Ordem e a seus funcionários, buscarem solução para conflitos individuais, decorrentes da relação de trabalho, perante comissões de conciliação prévia ou núcleos de conciliação estranhos à categoria abrangida pelo SINSEXPRO, sob pena de nulidade e fraude ao direito do trabalho, de que trata o Art. 9º da CLT.

ITEM 62 - DA VIGÊNCIA DO ACORDO COLETIVO

- a) O Acordo Coletivo de Trabalho vigorará de 1º de maio de 2016 a 30 de abril de 2017.
- b) Não havendo novo Acordo Coletivo de Trabalho para os próximos períodos, continuarão em vigor as cláusulas sociais e sindicais estabelecidas no Acordo Coletivo vigente, até que novo instrumento seja firmado.



**SINDICATO DOS TRABALHADORES DAS AUTARQUIAS DE FISCALIZAÇÃO
DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL E ENTIDADES COLIGADAS
NO ESTADO DE SÃO PAULO – SINSEXPRO**

- Fundado em 12/01/89 -

Rua Florêncio de Abreu, 157 – 1º andar conj. 105 – Cep 01029-901 - São Paulo – SP

Telefones: (11) 3228-1867 – Telefax: (11) 3228-8345

e-mail: sinsexpro@sinsexpro.org.br - site: www.sinsexpro.org.br



ITEM 63 – ABRANGÊNCIA

Aplica-se o presente acordo, na sua integralidade, a todos os funcionários dos Conselhos/Ordens que pertencem à categoria abrangida pelo SINSEXPRO, além dos estagiários que estejam atuando naqueles e aos admitidos após a data-base.

ITEM 64 - CASOS OMISSOS

Os assuntos não previstos em Lei e neste Acordo Coletivo de Trabalho deverão ser acordados entre o Conselho/Ordem e o SINSEXPRO.

ITEM 65 - CLÁUSULA PENAL

Fica estabelecida a multa de 10% do salário normativo de cada funcionário, cumulativamente, em caso de descumprimento de quaisquer das cláusulas contidas neste Acordo Coletivo de Trabalho, revertendo seu benefício em favor da parte prejudicada.

ITEM 66 – AÇÃO DE CUMPRIMENTO E COMPETÊNCIA

O SINSEXPRO é competente para propor em nome da categoria, ação de cumprimento, em qualquer jurisdição, em relação às cláusulas deste Acordo Coletivo de Trabalho, conforme disposto no capítulo II, artigo 8º da Constituição Federal.

*Sindicato dos Trabalhadores das Autarquias de Fiscalização do Exercício Profissional
e Entidades Coligadas no Estado de São Paulo - SINSEXPRO*

A diretoria.